



Ata da 38º Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo – CPDCN – 26/07/2024

Aos vinte e seis dias do mês de julho realizou-se a reunião ordinária do CPDCN (Conselho de Participação Desenvolvimento e da Comunidade Negra do Estado de São Paulo) – Gestão 2021-2024 de forma presencial na Secretaria da Justiça e Cidadania – SJC – Pátio do Colégio, 148 – Sala nº 10, Apoio aos Conselhos, da qual passo a relatar todo o seu conteúdo e contou com as seguintes presenças sociedade civil: Agnaldo Benedito de Oliveira; Décio de Oliveira Vieira; Gil Marcos Clarindo dos Santos; João César Ferreira; Maria Aparecida de Souza Costa Silva; Marlene Alves da Costa; Roseli da Silva Santos; Sandra Regina Baptista dos Santos Silva, representantes governamentais: Secretaria da Justiça e Cidadania Robson Silva Ferreira; Secretaria da Saúde – Ligia Maria Carvalho Azevedo Soares; Casa Civil - Thais Prado Horta; Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Claudia Cristina da Silva; Justificativa – representantes sociedade civil: Clarina de Souza Genaro; Eneas Santos e Jean Herbet Rodrigues Rocha e Bruno Pimentel – representantes governamentais, Vinicius Conceição – Defensoria Pública, Eloy Miguel-Secretaria de Segurança Pública. Convidados(as) – Vereadora Janaina Lima, Agnaldo Cruz (Pastor Guina), Tamires Nagel (sub prefeita da região de Santo Amaro). Gil Marcos Clarindo faz a abertura da reunião, agradecendo e saudando todos(as) os conselheiros(as) presentes e aos convidados solicitando que os conselheiros(as) se apresentem bem como todos os convidados, os quais informaram seus breves currículos e o motivo de sua presença e de seus trabalhos nas áreas em que ocupam. Ao fim das apresentações, o presidente Gil fez um breve relato sobre as ações políticas em que o CPDCN está envolvido, como a construção do Plano Estadual de Igualdade Racial de São Paulo, a construção da Conferência Estadual para a participação na Conferência Federal, o desempenho do CPDCN para fomentar a implantação da lei 10.639 nas escolas paulistas. O presidente Gil ainda submete à apreciação dos conselheiros presentes a ata de número 37, a qual foi aprovada pelos membros presentes. O Presidente Gil Clarindo continuando a exposição aos presentes na luta antirracista, faz um breve apanhado do Instituto UAB – União Afro Brasil e seu objetivo de participar dos trâmites políticos em nossa sociedade, expõe os projetos criados como A Beleza Negra, o qual procura dar visibilidade a empreendedores negros na área da beleza e estética, explana ainda sobre o projeto da Casa Afro e sua relevância para nossa comunidade. A conselheira Cida Costa agradeceu aos convidados ressaltando a importância de nossa autoestima quando vemos mulheres negras ocupando cargos de destaque na sociedade, como a da sub prefeita Tamires. O Presidente Gil Clarindo define em conjunto com os conselheiros presentes, a data do evento em homenagem à Mulher Negra, que será realizado no dia 22/08/24 às 10 horas. Explica ainda os critérios para a premiação a ser conferida nessa data para mulheres que se destacaram na sociedade, sendo um total de 10 mulheres a serem homenageadas e solicita aos conselheiros(as) que façam as indicações que ainda faltam. Conselheira Cida Costa questiona se teremos um Coffee Break nesse dia. O conselheiro Robson Ferreira informa se não deveríamos já criar as sugestões para uma apresentação ou mais no dia do evento, pois precisa fazer os convites a escolas para a participação nesse dia, convites

esse que serão dirigidos pela Coordenação de Políticas para População Negra - CPPN. O Presidente Gil Clarindo informa que nos dias 11 e 12/7/2024, fez parte de reuniões do CONSUD, o Consorcio de Integração da Região Sul e Sudeste do Brasil, para combate ao racismo, consorcio esse formado por representantes dos Estados da Federação e o Presidente Gil representa o Estado de São Paulo. O Conselheiro Robson Ferreira explica sobre a formação do Grupo de Trabalho montado em conjunto com o secretário para a elaboração das alterações no regimento Interno do CPDCN. Ressaltando que apesar do pequeno número de Conselheiros, é o CPDCN que compõe com mais pessoas o grupo e não vê a necessidade de ser um grupo maior, pois as mudanças que esse grupo apontar serão decididas na plenária do Conselho pelos conselheiros. Informa ainda que o Dr. Raul Cristiano como presidente do grupo abriu a reunião para outros conselheiros que quiserem participar, informa ainda que não é apenas a reforma do regimento interno, tem que se rever a Lei que rege o conselho para que qualquer reforma seja sempre em consonância com a lei vigente, lei essa desde 1986 que rege o CPDCN. Continuando, conselheiro Robson destaca que para o presente trabalho com o regimento, o GT conta ainda com a equipe da Secretaria para o apoio técnico o que perfaz uma assessoria importante para o trabalho. O Presidente Gil Clarindo informa que, em encontro com Secretário Executivo, sugeriu a possibilidade de aumentar o número de conselheiros no GT de trabalho do Regimento, o presidente Gil foi questionado do porquê as reuniões não possam ser virtuais, o que facilitaria sobremaneira a presença dos conselheiros do interior. Gil explica que a princípio, nossas reuniões foram projetadas para serem híbridas, mas conta com dificuldades técnicas que por hora impedem essa configuração. O conselheiro Robson Ferreira retomando a questão das alterações do regimento explica que foi apresentado um decreto governamental para redução de custos, o que incide em várias ações possíveis de serem trabalhadas. Informou também que o GT também está trabalhando na alteração do artigo 35 do regimento, o qual orienta o requisito para as possíveis candidaturas para o Conselho e relacionando a possibilidade de que o candidato não poderia se candidatar se houvesse perdido o mandato anterior. Também rege a perda do mandato se o candidato tiver 3 faltas consecutivas ou 5 intercaladas, questões essas que estão sendo discutidas no GT, pois no regimento anterior há algumas dificuldades de entendimento. Também a possibilidade de compor o mandato do presidente por 2 anos acrescentando mais um secretário sendo que essa diretoria permaneceria por 2 anos, informa que são apenas propostas que estão sendo discutidas e que no final deverá ir para a aprovação ou não da plenária do Conselho. A Conselheira Cida Costa informa que são apenas propostas, os 2 anos da diretoria executiva e depois mais dois anos e depois haveria uma diretoria do poder público, a conselheira Lígia questiona se houve uma discussão mais ampla sobre essa proposta pois a quem o que favorecerá 02 anos a Presidência no poder público, o jeito informado trará problemas sua implantação. Dra. Roseli ressalta que o CPDCN é um órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania, e é um órgão fiscalizador de políticas públicas no âmbito Estadual. Conselheira Sandra Baptista questiona pois o papel de fiscalizador não seria do poder público que seria o próprio agente implantador dessas políticas. O Presidente Gil Clarindo relembra que ao observar uma foto dos novos Juízes empossados no Tribunal de Justiça, não viu nenhum negro presente na foto e o CPDCN foi questionado e instado a tomar uma posição quanto a esse fato. Dra. Roseli explana que a banca de heteroidentificação do Tribunal conta apenas com uma pessoa Negra, que é o Reitor José Vicente. E nós não temos como saber das candidaturas aprovadas e nem entender quais, e como foram as regras adotadas para esta aprovação. O Presidente Gil Clarindo assente que é preciso abordar os criadores dessas regras e quem dirige a criação dos critérios para a definição étnica nesses casos. O Conselheiro Robson Ferreira relata que poderíamos acessar o edital para esses concursos ou decisões e fazermos um questionamento ao tribunal com relação aos critérios utilizados, sendo que o CPDCN tem essa prerrogativa e poderia utilizar, ou seja, questionar o tribunal quanto a esses critérios de escolha. O Presidente Gil

Clarindo descreve da importância de o CPDCN estar atento a essas situações questionando o Tribunal de Justiça do Estado e se propor a participar da criação e implantação desses critérios de escolha. Conselheiro Dr. Robson Ferreira relembra que o ofício de questionamento dirigido a Secretaria Justiça, tratado em reunião do dia 28 de junho 2024 poderia ser evitado, pois está sempre que possível atualizando o CPDCN quanto as questões de responsabilidade da CPPN. Retoma que o Plano de Igualdade Racial está na Casa Civil e pretende espera que seja devidamente assinado e referendado até o dia 20 de novembro do presente ano. Informa ainda que na reunião do COSUD ocorrida em SP, houve um pacto para a promoção da igualdade racial e consultando o Dr. Raul Cristiano deverá convidar também representantes do Estado do Rio Grande do Sul. Entende que toda essa iniciativa servirá como motivo para a assinatura pelo governador, do plano e referente as Conferências, destaca que a previsão do Ministério da Igualdade Racial - MIR é julho de 2025 e sendo assim está trabalhando com as datas em meses de novembro a janeiro para as Municipais e março a maio a Estadual. Observando que as conferências municipais para aqueles municípios que ainda não a realizaram. Informa que todo o material já produzido pelas Conferências municipais será validado. Informa ainda que para a Conferência Nacional terá a organização por uma empresa, a qual deverá ampliar a questão dos eixos temáticos para a inclusão de outros seguimentos como os povos quilombolas, os ciganos. Respondendo à questão dos delegados, há um trabalho junto aos municípios para que se compor o número de delegados para a conferência, já que parte não enviaram esses nomes. O Conselheiro Dr. Robson Ferreira solicita ao CPDCN uma relação de denúncias de racismo bem como cópias dessas denúncias remetidas para Coordenadoria no prazo de 5 dias, para que se possa levantar o andamento das que não tiveram respostas. Crê que se poderia fazer uma reunião extraordinária para tratar dessas respostas, pois essas denúncias deveriam ser encaminhadas a Ouvidoria pois através da ouvidoria SJC para que haja um filtro das demandas, e nessa reunião poderíamos convidar também a Ouvidoria para se posicionar quanto as denúncias, entendendo que seria o caminho mais adequado. Lúcia informa que as denúncias de racismo religioso são encaminhadas ao Fórum Interreligioso aos cuidados da Prof. Vania. Conselheira Cida Costa questiona com que está a direção do projeto das Casas Afro, pois em reuniões de inauguração desses equipamentos não há o nome do Conselho, sendo que esse projeto teve seu desenvolvimento a partir das reuniões do Conselho. O Dr. Robson responde que o projeto das Casas Afro está na Secretaria de Governo. Conselheiro João César questiona o local e data para o evento em homenagem a Mulher Negra que a princípio seria no dia 22 de agosto as 10:00h. O Presidente Gil informa que serão 10 pessoas a serem homenageadas e que o pastor Guina convidado do Conselheiro João César irá apoiar o evento. O Pastor Guina informa que para o Coffee Break contribuirá com pão de metrô e sucos e ainda confeccionará os troféus conforme amostra. Sem mais a discutir no momento, o presidente Gil Clarindo encerra a reunião e eu Décio de Oliveira Vieira (conselheiro), redigi a presente ata.